

6 ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO 2ª CÂMARA CRIMINAL SESSÃO VIRTUAL
REALIZADA NO INTERVALO DE 30/03/2023 A 10/04/2023 APELAÇÃO CRIMINAL Nº
0000057-13.2020.8.10.0115 ORIGEM: 2ª VARA DA COMARCA DE ROSÁRIO/MA
1ª APELANTE: CLEITON CASTRO MACEDO DEFENSORIA PÚBLICA: RAFAEL CAETANO ALVES
SANTOS 2ª APELANTE: DAVI ERICH ABREU MACHADO ADVOGADO: JOSÉ DA SILVA
CALVET NETO (OAB/MA Nº 18.244) APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO
MARANHÃO PROCURADORA DE JUSTIÇA: REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA RELATOR:
Des. Francisco RONALDO MACIEL Oliveira. EMENTA PENAL E PROCESSO PENAL.
APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06.
PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DA PRÁTICA DO CRIME DE TRÁFICO PELA INSUFICIÊNCIA DE
PROVAS. INVIABILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADOS. RELEVÂNCIA DOS
DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS. MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO.
INVIABILIDADE. APELANTE SE DEDICA A ATIVIDADES CRIMINOSAS. PEDIDO DE
REFORMA DA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA. EXCLUSÃO DA VALORAÇÃO
NEGATIVA DA CULPABILIDADE, DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME E DA NATUREZA DA
DROGA. IMPOSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DA VALORAÇÃO NEGATIVA CIRCUNSTÂNCIAS
JUDICIAIS. TRÁFICO INTERMUNICIPAL E EXECUTADO EM LOCAL PÚBLICO COM GRANDE
FLUXO DE PESSOAS. NATUREZA ESPECIALMENTE DELETÉRIA. GRAVIDADE CONCRETA DA
CONDUTA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. PREJUDICADO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Comprovadas a autoria e a materialidade do crime de tráfico de drogas,
por meio de conjunto probatório sólido, não há falar em absolvição. 2. As
declarações prestadas por policiais, no exercício de suas funções, são
válidas, sobretudo quando coerentes com outros elementos probatórios, uma
vez que tais agentes públicos possuem fé pública, sendo presumida a
veracidade de suas alegações. 3. “[...] segundo a jurisprudência consolidada
desta Corte, o depoimento dos policiais prestado em Juízo, ratificando
integralmente os relatos prestados na fase policial, constitui meio de
prova idôneo a resultar na condenação do réu, notadamente quando ausente
qualquer dúvida sobre a imparcialidade dos agentes, cabendo à defesa o
ônus de demonstrar a imprestabilidade da prova, o que não ocorreu no
presente caso.[...]” (STJ – AgRg no HC: 659024 SP 2021/0106874-0, Relator:
Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de Julgamento: 20/04/2021, T5 –
QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/04/2021) 4. Demonstrado nos autos
que os acusados se dedicam a atividades criminosas e fazem parte de facção
criminosa, inviável a aplicação da minorante do tráfico privilegiado. 5.
Verifica-se que o Juízo a quo considerou desfavorável aos réus as
circunstâncias judiciais da culpabilidade e circunstâncias do crime.
Observando-se os fundamentos esposados no decisor em relação a essa fase,
não se verifica equívoco do Magistrado de origem na negativação das
circunstâncias judiciais da culpabilidade e das circunstâncias do crime,
dada as fundamentações esposadas serem aptas a ensejar a valoração
negativa das vetoriais. 6. Na hipótese, a pena-base foi exasperada de
forma proporcional, em razão da natureza especialmente deletéria das
drogas apreendidas, elementos que claramente denotam a gravidade concreta
da conduta, a exigir uma resposta mais enfática do julgador na fixação da
pena. 7. Apelo conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e
discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0000057-13.2020.8.10.0115,
em que figuram como partes os retromencionados, ACORDAM os Senhores
Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do
Maranhão, por votação majoritária, de acordo com o parecer da Procuradoria
Geral de Justiça –PGJ, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto
do Desembargador Relator, divergindo parcialmente o Desembargador Vicente
de Castro no quantum da dosimetria da pena. Votaram os Senhores
Desembargadores Francisco RONALDO MACIEL Oliveira (Relator/Presidente),

José Luiz Oliveira de Almeida (vogal) e pelo Des. Vicente de Paula Gomes de Castro (vogal). Funcionou pela Procuradoria-Geral de Justiça, a Dra. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro. Sessão Virtual da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, de 30/03/2023 a 10/04/2023. São Luís, 10 de abril de 2023 Desembargador Francisco RONALDO MACIEL Oliveira RELATOR (EIfNu 0000057-13.2020.8.10.0115, Rel. Desembargador (a) FRANCISCO RONALDO MACIEL OLIVEIRA, SEÇÃO DE DIREITO CRIMINAL, DJe 18/04/2023)